

O BRASIL CATÓLICO E O CONFLITO DE IDENTIDADE RELIGIOSA DOS IMIGRANTES ALEMÃES

*The Brazil Catholic and Religion Identity's Conflict
from Germany Immigrants*

Cristine FORTES LIA*
Roberto RADÜNZ**

Fecha de recepción: mayo del 2014

Fecha de aceptación y versión final: febrero del 2015

RESUMO: A sociedade brasileira recebeu inúmeras levas de imigrantes europeus. No século XIX e na primeira década do XX, destacam-se a entrada de imigrantes germânicos, portadores de diferentes experiências culturais. Admirados no início do processo imigratório, estes indivíduos passaram a ser vistos como nefastos para a formação do povo brasileiro. Diante de um Estado que firmava a identidade nacional através da ótica do branco, católico e agricultor, os imigrantes alemães perderam suas referências nacionais e passaram a ser vistos sob o prisma da exclusão: eram protestantes ou judeus. Neutralizou-se a exaltação da germanidade e o conflito contra estes imigrantes centrou-se em questões de natureza religiosa; não eram mais alemães, eram não católicos. Este trabalho analisa o conflito religioso entre o catolicismo, o judaísmo e o protestantismo, que envolveu imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil, quando sua identidade nacional foi substituída pela sua religiosidade considerada inassimilável pelo governo brasileiro dos anos de 1930. A resistência às crenças não católicas foi recorrente na América Latina, o que permite um diálogo entre esta pesquisa e outros estudos sobre restrições religiosas a comunidades imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: religiosidade, catolicismo, judaísmo, protestantismo, imigrantes, alemães.

* Cristine FORTES LIA – Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Pesquisadora e professora do Mestrado Profissional em História e do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: crisflia@bol.com.br.

** Roberto RADÜNZ – Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Pesquisador e professor do Mestrado Profissional em História e do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul – UCS e da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: rradunz@ucs.br.

ABSTRACT: Brazilian society received several groups of European immigrants. In the XIX and in the first decade of the XXth centuries, Germanic immigrants' entrance was emphasized, although they had different cultural experiences. They were admired in the beginning of immigrant's process, and have come to be seen as harmful in Brazilian people's formation. In the face of the State that was establishing national identity through white optics, catholic and farmer, German immigrants lost their national references and have come to be seen as the exclusion prism: they were Protestants or Jews. The germanidade exaltation was neutralized and the conflict against these immigrants was concentrated on questions of religious nature; they were not Germanys anymore, they were non-Catholics. The present paper analyses the religious conflict among catholicism, judaism and protestantism, which involved German immigrants and its descendants in Brazil, when its national identity was replaced by its religion that was considered incomprehensible by 1930's Brazilian's government. Not-Catholics' strength and beliefs was recurring in Latin America, which allows a dialogue between this research and other studies about religious restrictions for immigrants communities.

KEYWORDS: religion, catholicism, judaism, protestantism, immigrants, german.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos sobre imigração na América Latina e, em especial, no Brasil pouco dimensionam o aspecto da religiosidade em suas análises. O imigrante é abordado sob o ponto de vista de suas atividades econômicas, seu potencial para a vida urbana ou rural, suas heranças patrimoniais, mas sua contribuição para a consolidação das religiosidades nacionais é identificada de forma frágil. Esta fragilidade também se evidencia na definição do imigrante enquanto ser religioso; a experiência religiosa poucas vezes é apontada como definidora da identidade do indivíduo.

Estes são identificados sob a ótica de suas nacionalidades. Assim, observa-se os imigrantes alemães, os italianos, os japoneses, etc. Estudos sobre imigração não consolidam suas definições com abordagens sobre a chegada dos protestantes, dos budistas, dos católicos ortodoxos, entre outros. Apesar do conceito de identidade étnica estar diretamente ligado a cultura, as experiências religiosas muitas vezes escapam da esfera de análise, aparecendo apenas nas situações de conflitos com o Estado, não contribuindo para a definição da etnicidade do grupo focado.

Grupo étnico é aquele que mantém traços culturais. “Grupo étnico seria, então, aquele que compartilha valores, formas e expressões culturais”¹. Esta tradição cultural que cada grupo étnico compartilha, constitui sua identidade: a sua forma de serem iguais entre si e distintos em relação aos outros grupos. As identidades étnicas são as formas de identificações dos grupos humanos, evidenciam não apenas as semelhanças dentro do grupo, como permitem reconhecer sua diferença em relação aos outros e a dos outros em relação a ele.

As religiosidades operam como elemento de identificação entre o grupo e diferenciação com o outro, tornando-se uma vertente indispensável para a compreensão dos processos de migração. Apesar de a sociedade brasileira ser marcada por múltiplas manifestações religiosas, academicamente consolidou-se, por um longo período, um preconceito com a abordagem de temas cuja matriz explicativa seja o universo religioso. A ideia de tema de interesse menor e de possível perda da cientificidade suprimiu um importante espaço de análise dos processos históricos. Promoveu um atraso da historiografia brasileira face à produzida em outros países da Europa e da América Latina.

Contudo, devemos salientar que a disciplina de História das Religiões com suas cátedras, áreas de pesquisa e teorias surgiu na segunda metade do século XIX sob a influência do orientalismo, da filologia e da secularização da sociedade. O campo específico de estudo e pesquisas sobre temas religiosos foi então ocupando um importante espaço nas grandes universidades europeias e americanas. No Brasil, este movimento não aconteceu e os estudos de religião continuaram, até um período recente, vinculados a instituições confessionais ou seminários teológicos. Como estudo acadêmico e científico, esteve atrelado e subordinado a diferentes áreas de Ciências Humanas. Essa situação está mudando aos poucos e a História das Religiões começa a aparecer com autonomia².

Em decorrência disto, é possível evidenciar que a historiografia brasileira recente vem produzindo análises dos processos religiosos e seus impactos nas diferentes formações sociais através da reprodução de conceitos, em especial, da antropologia, da teologia, da filosofia e da sociologia.

¹ M. Cunha, Carneiro da, *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, Brasiliense, São Paulo 1987, pp. 114-115.

² E. Silva, Moura da, “Estudos de religião para um novo milênio”, em: L. Karnal (org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*, Contexto, São Paulo 2010, p. 206.

Nesse sentido, relegada como braço do Estado e como expressão de manifestações populares genuinamente nacionais, o tema da religião e das religiosidades só foi observado a partir de uma análise depreciativa pelos precursores das ciências sociais no Brasil. Fora das lentes dos nossos cientistas sociais mais prestigiados, a temática manter-se-ia ainda por um bom tempo ausente do elenco de questões que deveriam merecer uma atenção especial, ou mesmo ser considerada matéria de estudo relevante para a compreensão de nossa história³.

A pesquisa histórica sobre as religiosidades constitui atualmente um fértil campo de análise para os historiadores, que ainda tem muito a construir e a abordar.

Múltipla, densa e intrigante, a teia que liga as diversas religiões às diferentes e possíveis formas de religiosidades tem demonstrado ser um campo fértil para continuadas reflexões teórico-metodológicas e futuras investigações historiográficas⁴.

O estudo da história das religiosidades permite não apenas compreender as dinâmicas religiosas de determinados grupos, como também possibilita identificar como os indivíduos são percebidos e representados dentro de determinados períodos históricos. Viabiliza a análise da reconstrução de identidades para estes imigrantes, que passam a ser caracterizados por suas experiências religiosas e diferenciados dos demais membros da sociedade.

Compreender as trajetórias de recepção de religiosidades e o perfil que as mesmas conferem aos seus fieis, é indispensável na análise dos processos migratórios e suas experiências de assimilação pela sociedade brasileira. Bem como, permite compreender a própria história da religiosidade no Brasil.

AS TRAJETÓRIAS DA IMIGRAÇÃO: OS PROTESTANTES

A imigração de alemães católicos e protestantes para o sul do Brasil iniciou-se na segunda década do século XIX. Essa imigração, em parte patrocinada pelo Império brasileiro, objetivava povoar regiões consideradas

³ Hermann, Jacqueline (1997), “História das religiões e religiosidades”, em: Vainfas, Ronaldo, Cardoso, Ciro Flamarion (org.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Campus, Rio de Janeiro p. 346.

⁴ *Ibidem*, p. 352.

devolutas pelo governo e criar áreas coloniais com a finalidade de atender centros urbanos com alimentos. A primeira colônia criada para essa função foi São Leopoldo em 1824.

Durante a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845) a política imigratória para o sul do Brasil foi interrompida, retornando de forma mais expressiva na metade do século com a aprovação de Lei Geral de 1848 (no. 514) que previa a destinação de trinta e seis léguas quadradas para a colonização⁵. Paralelo à colonização oficial patrocinada pelo Estado, desenvolveu-se também uma ocupação territorial organizada por agenciadores particulares que compravam regiões de terra e as loteavam para colonos agricultores.

Nesse universo da colonização vão estar presentes alemães com duas confessionalidades religiosas: católicos e protestantes luteranos. Os primeiros, na situação de confessarem a religião oficial do Império, encontravam-se numa realidade menos tensa no que se refere ao seu pertencimento religioso. Os luteranos, também considerados bons colonos como os católicos, tiveram que negociar seu universo religioso-cultural. Fizeram isso, em um primeiro momento, com muita inteligência burlando, em alguns casos, aquilo que estava expresso em lei.

Católicos e luteranos construíram suas igrejas, organizaram suas escolas e ordenaram-se cultural e esportivamente nas sociedades. Esses espaços de identidade permitiram que os laços de etnicidade germânica pudessem ser mantidos. Os luteranos estabelecidos como colonos construíram suas comunidades religiosas rompendo, em parte, com a tradição europeia. Nos territórios germânicos a Igreja Luterana tinha fortes vínculos com o poder estatal.

Ao se estabelecerem no sul do Brasil, estes protestantes luteranos, passaram a reconstruir seu universo religioso com a finalidade de se sentirem atendidos espiritualmente. Era necessário batizar as crianças, confirmar os adolescentes, casar formando novas famílias e sepultar os mortos. Como não havia pastores suficientes para dar conta das várias colônias que surgiam, as comunidades por conta própria, passaram a eleger seus guias sem uma formação específica, os chamados pastores-leigos.

⁵ R. Radtünz, *Do poder de Deus depende*, Uduisc, Santa Cruz do Sul 1996.

O protestantismo da metade do século XIX teve como característica marcante a profunda autonomia das comunidades. Os colonos queriam uma igreja que estivesse em consonância com os seus interesses, diferente daquilo que havia sido a experiência na pátria de origem, ou seja, o religioso a serviço da classe dominante. Nesse universo eclesial a língua oficial era o alemão, o que inibiu a aproximação da comunidade daqueles que não eram germânicos. A escola da comunidade, as sociedades e a igreja formaram um tripé nesse universo colonial que reforçou o estigma de quistos étnicos, os quais no século XX foram duramente combatidos na Campanha de Nacionalização do Estado Novo.

Vistos com bons olhos pelo governo imperial, os colonos alemães católicos puderam ordenar seu microcosmos tanto econômica quanto culturalmente sem maiores problemas. Os protestantes luteranos tiveram que negociar seu *status* religioso aproveitando brechas que existiam no controle do Estado nas regiões coloniais. A presença protestante nas colônias era tão expressiva e atuante que o Império passou a reconhecer, a partir do decreto 1.144, de 11 de setembro de 1861, no qual “criava as condições necessárias para que os pastores de religiões toleradas pudessem praticar atos que produzissem efeitos civis”⁶.

Percebe-se nessa normatização que os luteranos passaram a ser aceitos enquanto organização religiosa dentro de um Império que se confessava constitucionalmente católico. Tolerados e ousados, passaram a construir templos com torres e sinos onde sua presença era politicamente hegemônica, ao arrepio da lei vigente que proibia essa exposição arquitetônica de igreja.

Pastores protestantes luteranos, com ou sem formação, passaram a se organizar para formar um sínodo que agregasse essas comunidades dispersas. Algumas tentativas não avançaram por contarem apenas com o apoio de pastores e não das comunidades. Essas tinham muitas desconfianças que a organização sinodal pudesse retirar delas a sua autonomia. Em 1886 era fundado o Sínodo Rio-grandense. O Sínodo se constituiu para dar às comunidades evangélicas um mínimo de organização institucional.

⁶ L. Iotti Horn, *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*, Educs, Caxias do Sul 2001, p. 260.

Sob o nome de Sínodo Rio-grandense constitui-se uma associação de comunidades evangélicas da Província do Rio Grande do Sul, a fim de zelar pela boa ordem na Igreja Evangélica e representar os interesses das comunidades na igreja e escola⁷.

Nem todas as comunidades aderiram ao sínodo. Algumas delas, temendo perder sua autonomia constitutiva, mantiveram seu status de “frei Gemeinde”. Essa situação passou a ser repensada pelas comunidades livres no momento em que se viram cada vez mais desassistidas de pastores com formação teológica. A propósito, o Sínodo também se preocupou com a formação de pastores com a fundação de Seminários Teológicos.

Em 1903 passou a atuar de forma mais ordenada no sul do país também o sínodo americano de Missouri. A igreja missouriana dos Estados Unidos passou a enviar pastores para atenderem colonos alemães. Logo o sínodo entendeu que seria mais operativo formar os pastores no Brasil fundando um Seminário com essa finalidade. Divididos entre o Sínodo Rio-grandense, os missourianos e os adeptos das comunidades livres, os protestantes luteranos com o advento da República (1889) encontraram maior espaço para consolidar seu universo cultural religioso, fundado, sobretudo, no uso da língua alemã, principal veículo da propagação da germanidade⁸.

Não era somente na igreja que a língua alemã era coloquial, mas sim em quase todas as relações de comunicação nesse universo colonial que envolvia a escola, as sociedades, as relações econômicas e políticas. Essa relação estreita entre o protestantismo e a germanidade trouxe na época das guerras mundiais uma série de problemas que foram rotulados pelo discurso político da época como “perigo alemão”. Colonos alemães radicados no sul do país passaram a ser identificados com os interesses do Reich e, não raro, considerados agentes da germanidade.

⁷ R. Radünz, *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*, Educs/Edunisc, Caxias do Sul/Santa Cruz do Sul 2009, p. 165.

⁸ M.N. Dreher, *Igreja e Germanidade*, Sinodal, São Leopoldo 1983.

OS JUDEUS

Dos grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil os judeus são os que perderam a identificação com o local de procedência. A sociedade brasileira os via simplesmente com referência a sua crença no judaísmo, apartando-os de sua nacionalidade. Não eram vistos como russos, alemães, poloneses, etc, mas, apenas reconhecidos por sua religiosidade. São imigrantes sem identidade hifenizada, por não existem os judeu-brasileiros, ou seja, toda a identidade do grupo se funda na crença no judaísmo⁹.

A imigração judaica oficial para o Brasil foi direcionada para a região sul, em especial, o estado do Rio Grande do Sul. A partir de 1901, associações judaicas internacionais, preocupadas com a situação dos judeus em diversos países, em especial na Rússia, passaram a se interessar pelo Brasil para sediar a formação de núcleos agrícolas para judeus na América. A fundação dessas colônias e a transferência dos contingentes de imigrantes deveu-se à ação da JCA (Jewish Colonization Association) ou ICA (em iídiche, Yidishe Kolonizatsye Gezelshaft), associação fundada em 1891, por Maurice de Hirsh, o Barão de Hirsh¹⁰.

A ICA interessou-se rapidamente por terras no Rio Grande do Sul, estado no qual foram fundadas as primeiras colônias judaicas no Brasil, em função de dois aspectos fundamentais: a presença do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), que possibilitava uma maior tolerância religiosa e tinha interesse em receber novos colonos, e pela proximidade com as colônias fundadas na Argentina. Em 1904 foi fundado o núcleo agrícola de Phillipson, na cidade de Santa Maria. Em 1909, foi fundada a segunda colônia agrícola para imigrantes judeus, a fazenda de Quatro Irmãos, ocupando parte do território que atualmente faz parte das cidades de Getúlio Vargas e Erechim¹¹.

⁹ J. Lesser, *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*, Imago, Rio de Janeiro 1995.

¹⁰ C. Fortes Lia, *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*, Tese (Doutorado em História), Porto Alegre 2004.

¹¹ *Ibidem*.

Apesar da imigração judaica oficial para o Brasil ter iniciado nas colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, o que era uma exigência do governo, pois só eram aceitos imigrantes que se destinassem ao trabalho na agricultura, essa experiência rural não formou um perfil de agricultor para o imigrante judeu. Este, que nem sempre trazia uma experiência anterior essencialmente urbana, na grande maioria, não pretendia fixar-se em zonas rurais. A maior parte dos habitantes das colônias transferiu-se rapidamente para as cidades¹².

Cabe ressaltar que o grupo envolvido na formação das colônias agrícolas é o achquenazin, o que não corresponde à totalidade do processo imigratório dos judeus no Brasil. Os sefaradis, em geral, deslocaram-se diretamente para centros urbanos. E, também fizeram parte deste processo levadas de imigrantes que se refugiavam da Segunda Guerra Mundial. Bem como, um grande número de imigrantes achquenazins que nunca passou pelas colônias agrícolas, vindo direto para as cidades, em especial, Porto Alegre. Para esse grupo recaiu a qualificação de “refugiados de guerra”, como se todo judeu europeu não migrante de núcleo agrícola fosse um fugitivo dos horrores da Segunda Guerra.

Da mesma forma, nunca existiu homogeneidade na comunidade judaica no Brasil; o grupo sempre esteve consolidado em, no mínimo, duas identidades: a sefaradi e a achquenazin. Estes termos tem uma compreensão abrangente e ganharam novas conotações de acordo com a permanência da comunidade judaica no Brasil.

Ashknazi (...) palavra que se origina de Ashkenaz, Alemanha em hebraico. Designava originalmente os judeus que habitavam a região do Vale do Reno. Após as Cruzadas, muitos deles emigraram para a Polônia, Lituânia, Rússia, etc. Com o tempo passou a designar todos os judeus que adotaram o rito alemão. Hoje refere-se a todos os judeus europeus, não especificamente sefaradim e seus descendentes. (...) Sefaradi (...) de sefaradi: Espanha. Referente aos judeus de origem espanhola, que hoje se aplica à maioria dos judeus não-asquenazes, independente de sua origem¹³.

¹² Ibidem.

¹³ G. Blumenthal Bejzman, C.H. Wolff, “Glossário”. em: G. Wiener Blumenthal (org.), *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*, Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, Porto Alegre 2001, pp. 257-260.

A imigração dos judeus alemães constituiu-se em um processo não organizado se comparado ao modelo anterior da formação das colônias. Muitos fieis ao judaísmo já haviam migrado para o Brasil durante o período da imigração alemã; mas estes raramente se declararam como judeus, permanecendo sua identidade judaica no anonimato¹⁴. “Há um afluxo significativo de judeus alemães entre 1930 e 1940. Esse grupo de imigrantes localizou-se em centros urbanos, tendo Porto Alegre, a capital do estado, absorvido a grande maioria”¹⁵.

As primeiras levas destes imigrantes ainda eram compostas por indivíduos que não haviam sentido de forma mais direta as perseguições do nazi-fascismo. Ao decorrer da década de 1930 percebe-se a mudança neste perfil, com o ingresso daqueles que perceberam a urgência de sua saída da Alemanha. Estes imigrantes passaram a construir sua identidade no Brasil através da língua alemã, assim como já havia acontecido com o idisch e o ladino para os outros grupos.

Como já havia acontecido com seus antecessores, foram identificados, em um primeiro momento, por sua religiosidade e não por sua nacionalidade. De forma que a historiografia tradicional não fala de uma imigração alemã nas décadas de 1930 e 1940. Interessantemente, estes judeus estavam identificados com a cultura alemã, “consideravam-se cidadãos alemães antes de tudo. A religião judaica, em geral, desempenhava papel secundário em suas vidas”¹⁶.

Sendo percebidos apenas como seres religiosos, mas percebendo-se como alemães, os judeus deste período imigratório também não foram festejados pela sociedade brasileira que, rapidamente, começou a vê-los como potencialmente perigosos por terem características não cristãs e do Eixo ao mesmo tempo. Se a germanidade foi negada a eles no momento da chegada, nos anos da Segunda Guerra foram apontados como nazistas. Pela Campanha de

¹⁴ I. Herz Berdichevski, “A adaptação”, em: G. Wiener Blumenthal, op. cit.

¹⁵ I. Gutfreind, “O Rio Grande do Sul: história e imigração”, em: G. Wiener Blumenthal, op. cit., p. 30.

¹⁶ I. Herz Berdichevski, op. cit., p. 40.

Nacionalização foram proibidos de falar a língua alemã e apontados como súditos do Eixo. Tudo o que lhes conferia identidade passou a ser proibido no Brasil.

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E AS PERSEGUIÇÕES RELIGIOSAS

A Era Vargas, período compreendido entre 1930 a 1945, correspondeu a uma fase de tentativa de homogeneização da sociedade brasileira. A idéia de nação brasileira que se construiu nesse período era a de uma pátria culturalmente homogênea. O brasileiro foi idealizado do ponto de vista étnico. A uniformização da pátria em um só povo, uma só língua, uma só tradição cultural e um só credo religioso, foi o grande objetivo do período.

“Segundo a concepção da elite política estadonovista, a formação da identidade brasileira estava condicionada à eliminação das diferenças étnicas, culturais, políticas e ideológicas existentes”¹⁷. O legítimo povo brasileiro passou a ser idealizado como um indivíduo de pele branca, de descendência lusa e crente no catolicismo. Além dessas qualidades natas, o “bom brasileiro” deveria ser trabalhador exemplar e fiel à ideologia do Estado.

Da mesma forma como o nacionalismo alemão transformou-se em fonte de inspiração do que aqui se pretendia construir (um governo forte), também gerou a idéia de um fantasma que colocava em questão a proposta da formação de um Estado Nacional, unificado e padronizado culturalmente. Contrariava-se o ideal de um Estado multinacional e que abriga-se etnias diversificadas. A idéia de uma sociedade pluralista não tinha condições de conviver com a prática de um governo autoritário, moldado no modelo conservador. Esta foi a mentalidade que norteou os ideólogos do Estado Novo (...)¹⁸.

A educação deveria dar ênfase à brasilidade, baseada no ufanismo do verde-amarelo, na legitimação da religião católica e no uso correto da língua portuguesa em todo território nacional. O ensino tornou-se um dos grandes aparelhos ideológicos do Estado, que passou a construir a idéia de inimigos

¹⁷ A. Milgram, *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano 1939-1942*, Imago, Rio de Janeiro 1994, p. 61.

¹⁸ M.L. Tucci Carneiro, *Preconceito racial no Brasil-Colônia: os cristãos-novos*, Brasiliense, São Paulo 1988, p. 134.

da nação. Criou-se o mito de que a sociedade estava sendo ameaçada por uma série de “perigos”: o anarquista, o comunista, o judaico, o alemão, o subversivo, o das minorias alienígenas, etc.¹⁹.

Difundia-se nas salas de aula como reconhecer e se defender de tais perigos e forjava-se um clima de que a sociedade vivia em insegurança e que o governo fazia de tudo para protegê-la das “forças do mal”. Buscou-se a destruição das diversas etnias que compunham o povo brasileiro e a legitimação do tipo de “cidadão ideal” que se intencionava construir. Um dos maiores empecilhos na construção da unidade cultural nacional foi a existência de comunidades etnicamente distintas dentro do Brasil. As minorias étnicas foram um dos grandes problemas para o governo Vargas.

A necessidade de neutralizá-las para constituir uma cultura homogênea norteou o projeto de construção da nacionalidade do período. A presença de núcleos de estrangeiros com a manutenção de suas culturas era incompatível com os objetivos da época. Surgiu então a necessidade de nacionalização do ensino, já que as escolas de imigrantes eram os maiores focos de preservação cultural das chamadas minorias étnicas inimigas.

É neste período da Era Vargas, através de ações, que o governo aceita a vinda de imigrantes, mas, ao mesmo tempo, cria uma série de mecanismos para controlar esses imigrantes. Dentre estes mecanismos, Getúlio Vargas institui o Plano de Nacionalização, objetivando a construção de uma “consciência nacional”²⁰.

A política social da Era Vargas se caracterizou por um imenso racismo, quando os grupos étnicos considerados indesejáveis sofreram a violência de um governo autoritário e discriminatório. Tal violência não se restringiu à proibição de práticas culturais, se estendeu à repressão de qualquer manifestação de comportamento que julgavam ser “coisa de estrangeiro”. Essa repressão foi marcada por perseguições, humilhações e práticas de violência física.

¹⁹ S. Schwartzman, *Tempos de Capanema*, Paz e Terra/EdUSP, Rio de Janeiro/São Paulo 1984.

²⁰ V. Gaelzer, “A identidade do imigrante: encontros e desencontros”, em: E. Fernandes, R.M. Neumann, R. Weber (org.), *Imigração: diálogos e novas abordagens*, Oikos, São Leopoldo 2012, p. 450.

O problema das minorias étnicas, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, transformou-se em caso de polícia. A demonstração de uma manifestação cultural não desejada era considerada uma ação contra a pátria, passível da mais severa punição. Um corpo policial desinformado e despreparado, mas que contava com o apoio do Estado, passou a perseguir nas ruas, com ações de extrema violência, todos os considerados estrangeiros²¹.

Esta violência também se dava de forma simbólica, através de um aparato de propaganda que desqualificava aqueles que não se abrasilavam, bem como, com a construção de uma série de medidas legais que proibiam as manifestações culturais consideradas estrangeiras. Com estas proibições o indivíduo era obrigado a negar sua identidade, perdendo suas referências de sujeito histórico. “Livros foram queimados, residências e estabelecimentos comerciais foram depredados, imprensa étnica, cultos religiosos e ensino escolar foram cerceados e censurados”²².

A concepção de nacionalidade brasileira forjada pelo período estava estruturada da ascendência lusa da sociedade. Assim, com o discurso oficial de resgate dos laços históricos com Portugal, foram marginalizadas as culturas imigrantes²³. A busca pelo passado lusitano era solidificada na ideia de um brasileiro ideal que refletisse a cultura portuguesa. O catolicismo ascendeu como religião privilegiada e o preconceito linguístico tornou-se caso de polícia, com a proibição gradativa da utilização de idiomas estrangeiros no Brasil. “O principal foco do governo era atingir a estrutura educacional das comunidades, as escolas étnicas, com a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, a proibição do uso de suas línguas-mães, bem como do culto de símbolos e representações que remetessem às pátrias de origem”²⁴.

As restrições linguísticas foram ao encontro das inibições religiosas, já que eram a promoção do que era visto como estrangeirismo. Algumas

²¹ E. Cancelli, *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, Ed. da Universidade de Brasília, Brasília 1993.

²² J.L. da Cunha, “Prefácio”, em: C. de Quadros (org.), *Uma gota amarga; itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*, Ed. da UFSM, Santa Maria 2014, p. 11.

²³ D. do Nascimento, “Brasilidades, lusitanidades, germanidades: a política de nacionalização do ensino primário e as disputas em torno da Nação (1934-1945)”, em: C. de Quadros (org.), op. cit., p. 52.

²⁴ J.L. da Cunha, op. cit. p. 8.

práticas religiosas, em grande número transmitidas pelas escolas consideradas étnicas, remetiam aos idiomas de origem, o que aumentava as atenções sobre as mesmas. Durante a Era Vargas, sob a luz da Campanha de Nacionalização, este confronto religioso centrou-se fortemente nos grupos não cristãos e nos protestantes. Imigrantes portadores dessas religiosidades eram considerados impuros e poderiam contaminar a sociedade católica brasileira. Publicações católicas do período, como a *Revista Unitas*²⁵, promoveram grande alarde sobre a impureza das relações com os religiosamente distintos.

O sul do Brasil, em especial os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por possuírem significativas comunidades de origem alemã, se transformaram no maior foco de ação da nacionalização. Em função da ascensão do nazismo no mesmo período, nestas localidades concentrou-se a maior quantidade de vítimas da referida campanha de abasileiramento²⁶. E, por questões de resistência ou dificuldade de assimilação cultural, os teuto-brasileiros foram os mais perseguidos pela nacionalização, se constituindo como grupo alvo das ações da campanha²⁷.

Uma fonte que respalda a afirmação acima é a documentação da Secretaria de Segurança Pública e da Casa de Correção de Porto Alegre, em especial, no Livro dos Sentenciados (1937-1939) e no Registro de Condenados (1930-1945), nos quais as referências a indivíduos de origem alemã sendo recolhidos e sentenciados eram constates. A motivação destas detenções e condenações, em geral, consistia no simples fato de demonstração pública da cultura de origem. Os imigrantes alemães e/ou teuto-brasileiros superaram numericamente as demais etnias que também estiveram envolvidas com as práticas de recolhimento na Casa de Correção, em função de suas etnicidades.

As comunidades imigrantes no período eram classificadas de acordo com seus potenciais de assimilação da brasilidade. Este “ranking” não era pautado pela experiência do grupo no Brasil, mas pelas expectativas nutridas

²⁵ *Unitas* é uma Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões é uma publicação semestral eletrônica de acesso livre da Faculdade Unida de Vitória.

²⁶ *Ibidem*, p. 10.

²⁷ R. Ernaini Gertz, “Etnias e nacionalização no sul do Brasil”, em: C. de Quadros (org.), *op. cit.*

para o mesmo de acordo com suas características étnicas, tais como idioma, religião, cor da pele, traços físicos específicos, entre outros. Assim, os alemães eram indesejáveis e menos desejados ainda se fossem protestantes.

O cristianismo protestante introduzido no Brasil, contudo, não gozou do mesmo status de cidadania comparado ao catolicismo romano. (...) A condição de minoria e a inferiorização religiosa incidiram fortemente sobre a construção da identidade religiosa protestante. De um lado, o protestantismo ficou marcado pela estigmatização por parte da religião oficial do Brasil, de outro lado, buscou contra-estigmatizar esta religião, visando a afirmar-se no cenário brasileiro, isto é, reclamar a cidadania de sua fé²⁸.

Para os que professassem fé no judaísmo recaía uma classificação ainda pior: eram inassimiláveis. Estes, não correspondiam às necessidades imigratórias do país por não serem cristãos, não falarem português e serem considerados inúteis economicamente, pois não eram agricultores. Dessas características a ausência da crença no cristianismo foi a mais divulgada como promotora da falta de adequação dos imigrantes judeus a sociedade brasileira.

OS ALEMÃES ENQUANTO JUDEUS E PROTESTANTES

Como já foi exposto anteriormente, durante a Era Vargas criou-se uma perspectiva de que a sociedade brasileira estava ameaçada por uma série de perigos. Como defesa destes a religião Católica apresentava-se como uma consistente tática de defesa. Era a forma mais segura de manter as consideradas verdadeiras tradições brasileiras, afastando-se das ameaças da influência estrangeira.

Barroso, em entrevista ao periódico *O Integralista*, que circulou na capital do Rio Grande do Sul de 1934 até 1935, observava a necessidade de manutenção da referida crença.

O catolicismo é a religião da grande maioria, ou melhor da quase totalidade dos brasileiros. Isto exprime tudo. Demais a religião católica, no meu modo pessoal de ver,

²⁸ W. Wachholz, "Identidades religiosas em confronto: o caso do Deutsches Volksblatt (católico) e Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien e Deutsche Post (protestantes)", em: E. Fernandes, R.M. Neumann, R. Weber (org.), op. cit., pp. 352-353.

mais interesse e responsabilidade por isso mesmo tem na defesa das tradições de nossa civilização, tão ameaçadas hoje²⁹.

A ameaça às tradições, a que Barroso se referia, certamente era a presença dos imigrantes, em especial, os judeus. Nesse sentido, destaca-se a intensa relação estabelecida entre o catolicismo e a Ação Integralista Brasileira, cujos objetivos centravam-se na eliminação de inimigos comuns aos dois grupos. Algumas publicações católicas abriram um espaço para a divulgação do perigo da presença judaica que, em geral, aparecia associada ao comunismo e à maçonaria, junto à comunidade católica brasileira. Os discursos integralistas contemplavam as aspirações da Igreja Católica para a manutenção de seu *status* de religião legítima e oficial do Estado. Por muito tempo, católicos e integralistas mantiveram estreitas relações de colaboração³⁰.

A AIB divulgava a ideia de que os imigrantes judeus não pretendiam se fixar em terras no sul do país, mas sim dominá-lo, por isso se mantinham contra essa imigração. Além de perigosos, eram improdutivos e ateus, de forma que, inúmeras vezes, os membros da Ação Integralista se dirigiram à imprensa para manifestar seu repúdio a essa corrente imigratória. A ideia do ateísmo judaico sempre foi amplamente divulgada pela AIB, que via na religião judaica uma ausência de verdadeira religiosidade.

Nesse sentido, foram editados textos, nos periódicos integralistas, bem como nos católicos, mencionando a conversão de indivíduos judeus ao catolicismo. A conversão transformaria um judeu em um bom homem. O judeu convertido poderia se integrar à sociedade local; a conversão seria, dentro dessa visão, a verdadeira busca pela integração e absorção das tradições locais. A AIB destacava, também, o problema do “isolamento” judeu em determinadas regiões das cidades, referidas, em geral, como ghettos. Eram consideradas como “células” de perversão e conspiração. Lançavam desconfiança sobre as colônias agrícolas, as zonas comerciais e residenciais judaicas.

Nas nossas cidades, onde os judeus são mais numerosos, fomos descobrir em todas elas um “ghetto” em formação, um bairro que os israelitas vão conquistando dia a dia, disputando uma por uma de suas habitações. Esse fenômeno, dizem-no os

²⁹ *O Integralista*, 13.03.1935, p. 01.

³⁰ D.R. Milke, *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*, Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre 2003.

conhecedores dos hábitos do povo judeu, se observa em todos os lugares onde eles constituem um grupo considerável, pois que se afastam, sistematicamente do contato com os não judeus, que denominam de “goim”. (...) Essa atitude é que explica o “ghetto”.. (...) Vê-se que, apesar de nossa atitude de confraternização, também entre nós eles se unem em certos bairros, que acabam ocupando, afinal, por inteiro. O tema não tardou muito a passar ao conhecimento do grande público, que o mantém no palco das suas cogitações. Tornou-se um problema brasileiro. Para que, pois fingir ignorá-lo? É preferível encarar a questão de frente e procurar-lhe uma solução justa e honesta³¹.

A Ação Integralista Brasileira foi um dos segmentos sociais que erigiu discursos contra a diversidade étnica no Brasil. Sua ação foi reduzida temporalmente, já que no início do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas proibiu a existência da mesma. Mas, revela a percepção que a sociedade nutria a respeito dos grupos imigrantes e suas religiosidades. A fé no catolicismo aparecia como símbolo da manutenção da brasilidade, tudo que dela destoasse deveria ser combatido. Cabia aos bons cidadãos brasileiros identificar os perigos das novas religiosidades e denunciar seus praticantes.

Dessa forma, os imigrantes alemães passam a ocupar o centro das atenções, pois neste grupo estavam protestantes e judeus. Para esta comunidade todo o tipo de estereótipo foi construído; os judeus foram acusados de serem maçons, comunistas e nazistas; os protestantes foram apontados como súditos do Eixo por serem vistos como os mais difíceis de abasileirar.

Os imigrantes alemães passaram a ser apontados como potencialmente perigosos, um inimigo da nação brasileira inserido em seu território. Obras, como a de Coelho de Souza em 1941, *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*, e a de Aurélio da Silva Py em 1942, *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, promoveram a divulgação do pânico frente ao indivíduo de origem alemã: todos poderiam ser um espião nazista. Com o objetivo de nacionalizar os alemães e seus descendentes, o Estado exagerava quanto à proximidade do perigo nazista, para justificar a violenta repressão que estava promovendo³².

³¹ *A Opinião Pública*, 14.01.1941, p. 03.

³² J.P. Guimarães Fachel, *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*, UGUFPEL, Pelotas 2002.

A censura e a fiscalização permanente desempenhada pelos órgãos responsáveis pela nacionalização, em especial no ensino, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Secretaria de Educação, a Liga de Defesa Nacional e a Polícia, promoveu uma destruição generalizada da memória histórica desse grupo. Uma grande quantidade de documentos, como livros, revistas, almanaques, fotografias, e outros tipos de recordações foram destruídos, em geral queimados, tanto pelos agentes oficiais da nacionalização, quanto pelos próprios membros da comunidade teuta, como mecanismo de autodefesa³³.

Moreira (1994), analisando a obra referida de Aurélio Py, chefe de polícia do estado do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, destaca o tom de alerta que o texto possui, bem como toda uma dicotomia entre o bem e o mal, entre a moral cristã e os horrores do nazismo, chamando a população para uma verdadeira cruzada contra os “quistos” perturbadores do bem-estar da sociedade brasileira. O livro ainda se propõe a ser integralmente verossímil e apresenta documentos e fotos consideradas pelo autor inquestionáveis.

Coelho de Souza, secretário de educação do Rio Grande do Sul nos anos do Estado Novo, na obra anteriormente referida, destaca a problemática da conspiração nazi, compartilhando inúmeras idéias com Aurélio Py, e as dificuldades em promover a nacionalização na colônia alemã. As autoridades dos núcleos teutos, principalmente pastores e professores, foram apontados como não colaboradores da nacionalização, estimulando a comunidade a se rebelar contra a proposta do governo brasileiro.

Assim, a comunidade de língua alemã passou a ocupar o núcleo do problema da nacionalização. Imigrantes que constituíam sua identidade através do fator linguístico passaram a ser identificados como os mais resistentes ao abasileiramento. As manifestações religiosamente distintas ampliavam o comportamento indesejado de algumas comunidades. Os indivíduos de idioma alemão e protestantes ou não cristãos eram os mais inassimiláveis dentro do grupo que precisava ser nacionalizado.

³³ Ibidem.

Apesar de ser considerada como um grupo inassimilável e indesejável, no que se refere à nacionalização do ensino, a comunidade judaica foi bem menos atacada do que a protestante. Também passaram pela proibição da utilização de idiomas de origem, como o iídiche e o hebraico, pela proibição do ensino religioso nas escolas durante alguns períodos e pelo fechamento de instituições culturais, o que certamente dificultava a adaptação dos mesmos em terras brasileiras³⁴.

Entretanto, o constrangimento físico e moral foi bastante limitado frente os abusos praticados contra as comunidades protestantes. Principalmente após o desencantamento com a política de Hitler na Europa, com a divulgação do temor ao nazi-fascismo, o grupo judaico foi ligeiramente poupado das investidas violentas do Estado Novo. Essa minimização das perseguições não se deu em função de compaixão pelos problemas da Segunda Guerra, mas sim pelo fato de existir um grupo, o dos alemães, que passou a ocupar mais a atenção do Estado.

A comunidade judaica identificada como colaboradora da nacionalização não é a composta por judeus alemães, estes ainda estão se adaptando em terras brasileiras e, muitas vezes, são confundidos com protestantes por questões linguísticas. A falta de informação dos agentes da nacionalização promoveu uma intensa confusão entre questões de nacionalidade e religiosidade. A formação de dupla identidade indesejada, língua alemã e religião, conferiu ao grupo o status de inassimilável dentre os inassimiláveis.

Através da documentação da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e dos Livros de Ocorrência da Polícia Civil é possível redimensionar o papel repressivo dos órgãos policiais contra as comunidades imigrantes. Para a Casa de Correção de Porto Alegre eram encaminhados os considerados indesejáveis de todo o estado. Na matrícula dos presos recolhidos constava uma ficha com uma série de questionamentos iguais para todos; perguntava-se o nome completo, a filiação, a nacionalidade, a idade, o estado civil, a profissão, se sabia ler e escrever, o local de procedência (possivelmente da prisão), por ordem de que autoridade fora recolhido, o motivo da prisão e, em alguns casos, constavam fotos e impressões digitais. Ainda apa-

³⁴ C. Fortes Lia, op. cit.

recia a data de saída ou transferência e observações sobre extradições e condição de incomunicável de alguns reclusos.

Algumas fichas aparecem bastante incompletas, o que não impedia a reclusão, como a de Naum Keiserman, recolhido por ordem da chefia de polícia, em 14 de junho de 1938. Não consta filiação, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, se sabia ler e escrever, motivo da prisão, nem fotos ou impressões digitais. Foi recolhido em Porto Alegre e solto três dias depois, em 17 de junho de 1938, regressando à Casa de Correção no dia seguinte, 18 de junho de 1938, sendo solto, novamente, nesse mesmo dia. Como a maior parte dos recolhidos não possuíam motivo para a prisão, apenas a ordem verbal do chefe de polícia ou outra autoridade policial, não eram desenvolvidos processos, nem havia sentenças; tudo se decidia através dos advogados e das autoridades policiais³⁵.

A referência a “indesejável” constava explicitamente como motivo da prisão, sem especificar qualquer prática desempenhada pelo indivíduo que o pudesse caracterizar como tal. Dois “indesejáveis”, por exemplo, permaneceram apenas dois dias na Casa de Correção e foram postos em liberdade. Outro detento que foi para a instituição correcional para baixar à enfermaria adoeceu “no xadrez da R.C.P.”, apesar de não constar nenhum indício de insanidade na sua ficha, trabalhava, era casado, lia e escrevia, foi transferido para o Manicômio Judiciário. A transferência para o Manicômio Judiciário foi prática bastante comum para afastar da sociedade os indesejáveis; pessoas que não falavam português eram com frequência consideradas insanas e encaminhadas para sanatórios de doentes mentais.

Apesar de a ficha conter uma série de questionamentos, a identificação dos recolhidos era bastante precária, mesmo no caso de indivíduos alfabetizados o nome e sobrenome do recluso constavam, em alguns casos, com tipos de grafia diferentes, Slein ou Klein, por exemplo, o que significa que o detento não tinha acesso a essas fichas, nem assinava nenhum termo de reclusão, e que as autoridades policiais não tinham certeza sobre a nacionalidade do recluso. Gildo Russowski, médico em Santa Maria, obviamente alfabetizado, recolhido em 04 de dezembro de 1937, por ordem do chefe de

³⁵ Ibidem.

polícia militar, tem seu sobrenome escrito como Russowski e depois Russowsk.

No Livro de Matrícula dos Recolhidos da Casa de Correção de Porto Alegre é possível ver a detenção de muitos indivíduos por suspeitas de serem súditos do Eixo, com a acusação direta de serem nazistas. Alguns destes detidos se declararam judeus, com o objetivo de serem soltos, o que não acontecia, porque uma vez falando alemão eram passíveis de serem envolvidos com o nazismo. Nestes casos, a identidade religiosa, muitas vezes fragilizada pela política do período, precisava ser evidenciada para garantir a não associação com os ideais alemães de superioridade de raça.

Além disso, a atenção prestada nos teuto-brasileiros ligados ao protestantismo abarcou parte daquela que era a direcionada para os israelitas. Os protestantes eram, entre os alemães, os efetivamente considerados inaptos para compor a almejada brasilidade, eram eles considerados os integrantes da Quinta Coluna, referência máxima de traição aos ideais nacionalistas do período. Os judeus, que professavam uma religiosidade muito mais distante do catolicismo acabaram sendo mais tolerados.

Em alguns casos, a confusão entre religiosidade e nacionalidade promoveu atos de muita violência contra as comunidades imigrantes. Era muito doloroso para os judeus serem considerados súditos do Eixo. As restrições a sua permanência no Brasil eram constantemente ampliadas, ora pelo judaísmo, ora pela germanidade. Falar alemão gerava a expectativa de não integração e as autoridades do Estado agiam sem cautela no controle destes indivíduos.

Certa noite, meia dúzia de sócios, na sua maioria idosos, jogavam o skat, tradicional jogo de cartas trazido da Alemanha e falavam alemão durante a fase do “leilão” do jogo, na sede da SIBRA – centro de convergência dos imigrantes – então situada na Rua Esperança (hoje Rua Miguel Tostes), no Bairro Rio Branco. Devido à denúncia anônima feita por um vizinho, a polícia, que exercia controle com extremo vigor, invadiu a sede. Entendendo que a vinda da polícia era por causa do alemão, passaram a rapidamente traduzir todas as palavras do leilão do jogo para o português, criando uma situação muito peculiar, tragicômica até. Não obstante, a polícia prendeu os participantes como se fossem criminosos de alta periculosidade. Era véspera de Iom Kipur (Dia do Perdão ou Dia do Jejum), o feriado religioso mais importante do calendário judaico. Entre os presos estava Max Blumenthal, o Chazan (cantor sacro) da comunidade e que no dia seguinte deveria conduzir as rezas durante o serviço religioso, o que provocou uma comoção em todos. Ainda convalescendo de

uma prolongada doença, o tifo, e por morar com sua família no mesmo endereço, foi colocado em uma cela “especial” com outros presos comuns. Os depoimentos destacam a ação dos sócios, liderados pelo advogado Miguel Weisfeld e por Kurt Weil. Alimentos especiais foram preparados para a refeição que precede ao jejum e sua libertação foi conseguida a tempo. Grete Brejzman relata que seu pai Max “tremendamente humilhado, chegou em casa durante a tarde, apenas algumas horas antes do início do Iom Kipur e chorou como uma criança. Aquela deve ter sido a reza de Kol Nidre mais emocionada de sua vida”³⁶.

A comunidade teuto brasileira que sempre fora exaltada por suas qualidades, sua aptidão para o trabalho, foi identificada como o maior perigo para a nação brasileira. Na consolidação da imagem de perniciosos, a religiosidade foi fator de extrema relevância, sempre marcando negativamente os não católicos. Alguns textos publicados em periódicos da época buscavam apontar a perversidade dos germânicos e para isto nutriam aspirações de motivar religiosamente a repulsa da sociedade brasileira.

Olhem o que acabo de ler no último número de uma revista moderna do corrente mês: “Uma mulher alemã deu entrada numa maternidade na Alemanha. Em seu quarto viu uma imagem de Cristo, e pediu a enfermeira que tirasse a imagem. ‘Não tenho autoridade suficiente para fazê-lo’, disse a enfermeira. ‘Fale então com seus superiores e faça com que essa imagem seja retirada imediatamente’, insistiu a mulher. Os superiores do hospital confessaram também que não tinham a necessária autoridade para lhe satisfazer a vontade. ‘Meu marido é um oficial do exército alemão e deve voltar dentro de alguns dias, farei com que ele exija a remoção da imagem’. Passaram-se alguns dias e o marido chegou. A mulher pediu-lhe que exigisse a remoção da imagem. Ele procurou as autoridades e disse: ‘Minha mulher e eu não queremos que o nosso filho (ambos esperavam que fosse um menino) veja, em ocasião alguma, a imagem desse judeu’. O homem não acabou de falar quando lhe trouxeram a notícia que, de fato, nascera um menino. Mas – “um menino cego”³⁷.

O texto acima foi publicado em uma tentativa de evidenciar toda a periculosidade de um povo que negligencia o próprio Cristo, neste caso visto como um judeu, o que poderia beneficiar a comunidade judaica. No entanto, a pouca clareza da ideia escrita apenas corroborava para despertar da indignação contra não cristãos e alemães. Além do fato de que nas décadas anteriores os mesmos periódicos sempre alimentaram seus leitores com grandes textos denegrindo a imagem dos judeus.

³⁶ I. Herz Berdichevski, op. cit., p. 53.

³⁷ *Correio do Povo*, 28.11.1941, p. 04.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os imigrantes alemães são apontados, no cenário das comemorações das imigrações, como produtivos e responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil. A cultura germânica, ainda no século XXI, é preservada e considerada patrimônio cultural dos teuto-brasileiros e de toda a sociedade. O entusiasmo que hoje se evidencia, no entanto, não foi permanente na trajetória histórica destes indivíduos em terras brasileiras.

No período das etnicidades indesejadas, a dupla identidade negativa, língua alemã e religiosidade, foi responsável por transformar os imigrantes alemães nos mais perseguidos pela Campanha de Nacionalização do Estado Novo. Identificados como inassimiláveis, judeus e protestantes necessitaram de todo o tipo de estratégia para burlar as práticas de violência física e cultural, imposta pelas autoridades do período. Esqueceu-se das qualidades atribuídas a determinados imigrantes e investiu-se fortemente na propagação de suas máculas: não utilização da língua portuguesa, descrença no catolicismo e proximidade do Eixo.

Cada grupo elaborou suas estratégias de sobrevivência cultural no período, mas, para os que falavam alemão, estas práticas de negociação sempre eram mais difíceis. As religiosidades distintas, em um Brasil oficialmente católico, complicavam de forma significativa toda a tentativa de prova de assimilação da brasilidade. Judaísmo e protestantismo nunca haviam sido manifestações de fé bem-vindas na sociedade brasileira, mas durante a Era Vargas assumem o status de crenças promotoras do estrangeirismo. E, da mesma forma, serviram para atribuir identidade negativa aos seus fieis. Estes deixaram, muitas vezes, de ser considerados pelas suas nacionalidades ou pelas suas atividades econômicas e passaram a ser apontados como os que professavam crenças perigosas.

As religiosidades foram instrumento de consolidação de identidade. Por outro lado, no auge da intolerância aos alemães, os judeus beneficiaram-se, mesmo que de forma frágil, pela sua fé. Pois, através da crença no judaísmo, poderiam ser poupados da identificação de súditos do Eixo. A trama das religiosidades envolveu todos os imigrantes, constituindo “rótulos” para

cada grupo e ressignificando sua relevância social de acordo com os interesses políticos da época.

Embora muito perseguida por ser portadora da língua alemã, a comunidade judaica não foi considerada como parte da teuto-brasileira. Permanecendo, até os dias de hoje, identificada apenas pela crença no judaísmo. São os judeus, sem identidade hifenizada, com poucas referências sobre as suas nacionalidades de ascendência e, com frequência, equivocadamente homogeneizados enquanto grupo imigrante.

O estudo das manifestações religiosas do período contribui para a compreensão das relações dos grupos imigrantes com o Estado, permitindo a visualização do processo de consolidação de identidade cultural para estes. Possibilita, também, identificar as manobras de constante ressignificação das práticas religiosas consideradas positivas e negativas, construindo perfis para seus fieis.

A pesquisa em história das religiões e religiosidades no Brasil ainda tem muito a contribuir e precisa ser ampliada para promover uma maior compreensão das relações identitárias, responsáveis pela constituição da cultura e do povo brasileiro.

BIBLIOGRAFÍA

- Bejzman, Grete Blumenthal, Wolff, Cláudio Henrique (2001), "Glossário", em: G. Wiener Blumenthal (org.), *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*, Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, Porto Alegre.
- Berdichevski, Ivone Herz (2001), "A adaptação", em: G. Wiener Blumenthal (org.), *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*, Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, Porto Alegre.
- Cancelli, Elizabeth (1993), *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, Ed. da Universidade de Brasília, Brasília.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci (1988), *Preconceito racial no Brasil-Colônia: os cristãos-novos*, Brasiliense, São Paulo.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci (1995), *O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, Brasiliense, São Paulo.

- Cunha, Jorge Luiz da (2014), “Prefácio”, em: C. de Quadros (org.), *Uma gota amarga; itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*, Ed. da UFSM, Santa Maria.
- Cunha, Manuela Carneiro da (1987), *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, Brasiliense, São Paulo.
- Dreher, Martin N. (1983), *Igreja e Germanidade*, Sinodal, Leopoldo.
- Fachel, José Plínio Guimarães (2002), *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*, UGUFPEL, Pelotas.
- Gaelzer, Vejane (2012), “A identidade do imigrante: encontros e desencontros”. em: E. Fernandes, R.M. Neumann, R. Weber (org.), *Imigração: diálogos e novas abordagens*, Oikos, São Leopoldo.
- Gertz, René Ernani (2014), “Etnias e nacionalização no sul do Brasil”, C. de Quadros (org.), *Uma gota amarga; itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*, Ed. da UFSM, Santa Maria.
- Gutfreind, Ieda (2001), “O Rio Grande do Sul: história e imigração”, em: G. Wiener Blumenthal, (org.), *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*, Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, Porto Alegre.
- Hermann, Jacqueline (1997), “História das religiões e religiosidades”, em: R. Cardoso Vainfas, F. Ciro (org.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Campus, Rio de Janeiro.
- Iotti, Luisa Horn (2001), *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*, Educs, Caxias do Sul.
- Lesser, Jeffrey (1995), *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*, Imago, Rio de Janeiro.
- Lia, Cristine Fortes (2004), *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Milgram, Avraham (1994), *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano 1939-1942*, Imago, Rio de Janeiro.
- Milke, Daniel Roberto (2003), *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Moreira, Marli Merker (1994), “O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py: A Quinta Coluna no Brasil”, em: T.L. Muller (org.), *Nacionalização e imigração alemã*, EdUNISINOS, São Leopoldo.
- Nascimento, Dorval do (2014), “Brasilidades, lusitanidades, germanidades: a política de nacionalização do ensino primário e as disputas em torno da Nação (1934-1945)”, em: C. de Quadros (org.), *Uma gota amarga; itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*, Ed. da UFSM, Santa Maria.
- Py, Aurélio da Silva (1942), *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, Livraria do Globo, Porto Alegre.
- Radünz, Roberto (1996), *Do poder de Deus depende*, Udunisc, Santa Cruz do Sul.
- Radünz, Roberto (2009), *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*, Educus, Edunisc, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul.
- Schwartzman, Simon (1984), *Tempos de Capanema*, Paz e Terra, EdUSP, Rio de Janeiro, São Paulo.
- Silva, Eliane Moura da (2010), “Estudos de religião para um novo milênio”, em: L. Karnal, (org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*, Contexto, São Paulo.
- Souza, J. P. Coelho de (1941), *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*, Thurmman, Porto Alegre.
- Wachholz, Wilhelm (2012), “Identidades religiosas em confronto: o caso do Deutsches Volksblatt (católico) e Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien e Deutsche Post (protestantes)”, em: E. Fernandes, R.M. Neumann, R. Weber (org.), *Imigração: diálogos e novas abordagens*, Oikos, São Leopoldo.

Periódicos

- A Opinião Pública*, Pelotas, 1910 a 1945.
- Correio do Povo*, Porto Alegre, 1935 a 1945.
- O Integralista*, Porto Alegre, 1934.
- Unitas*, Porto Alegre, 1930 a 1945.

Documentos utilizados

Livros de Ocorrências da Polícia Civil de Porto Alegre (1935 a 1945), Museu da ACADEPOL.

Documentação da Secretaria de Segurança Pública e da Casa de Correção de Porto Alegre: Matrícula dos presos recolhidos à Casa de Correção (1935 a 1939); Livro dos Sentenciados (1937 a 1939); Registro de condenados (1926 a 1948); Ofícios recebidos da Brigada Militar e Exército (1939 a 1946); Registro de tratamento Médico (1941 a 1945), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatórios da Brigada Militar (1940 a 1943) - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Documentação do DOPS. Pastas: Corpo de Guardas Cíveis de Porto Alegre (1931 a 1939); Colônia Penal Agrícola (1942); Chefatura de Polícia e Repartição Central de Polícia de Porto Alegre (1939); Secretaria do Interior (1942); Informações sobre sócios da “VAE” (1942); Relação de agentes nazistas, em serviço de espionagem no território nacional, a serem detidos (1942); Relação de nomes de pessoas envolvidas em espionagem (1942); Relação de presos de nacionalidade alemã (1942); Reclamação feita pelo cônsul de Espanha, sobre o tratamento de presos políticos alemães (1942); Documentação relativa ao DOPS e a elementos estrangeiros (1942), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

